AUTOGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR 251/2019
PROJETO DE DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2019 CANMARA MUNICIPAL
(DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARGO DE PROCURADOR JURÍDICO
DE PROVIMENTO EFETIVO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CASTILHO, ESTABELECE
ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

A Câmara Municipal de Nova Castilho,
no uso de suas atribuições legais, etc.
Faz Saber que a Câmara Municipal de
Nova Castilho aprovou e o Senhor
Prefeito sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o cargo de Procurador Jurídico da
Câmara Municipal de Nova Castilho, de provimento efetivo, investido
mediante concurso de provas.

Parágrafo Único – São requisitos mínimos para a investidura
no cargo de Procurador Jurídico criado pelo caput:

- I** – Ter idade: Mínima de 21 anos;
- II** – Possuir Diploma de bacharel em Direito, emitido por
instituição de ensino superior, reconhecido na forma da legislação
pertinente;
- III** – Possuir inscrição Ativa na Ordem dos Advogados do
Brasil, há no mínimo 3 (três) anos;
- IV** – Gozar de boa saúde física e mental para o exercício das
atribuições do cargo, comprovada por avaliação médica oficial realizada
por profissionais designados pela Câmara Municipal de Nova Castilho;
- V** – Experiência mínima comprovada de 3 (três) anos no
efetivo exercício da advocacia após o registro na OAB.
- VI** – Estar quite com as obrigações eleitorais;
- VII** – Estar quite com as obrigações militares (quando do sexo
masculino);

VIII – Estar com o CPF regularizado;

IX – Não ter sofrido sanção disciplinar por parte do Conselho Disciplinar da Seção da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de São Paulo, e, ou, outra na qual eventualmente tenha sido inscrito;

X – Não ter sofrido sanção disciplinar, e, ou administrativa por qualquer órgão público;

XI – Não ter sofrido condenação com transito em julgado por Improbidade Administrativa, ou qualquer outro crime contra a Administração Pública.

XII – Não ter sido demitido ou exonerado de serviço público (federal, estadual ou municipal) em consequência de processo administrativo (por justa causa ou a bem do serviço público);

XIII – Não registrar antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

Art. 2º - Fica incorporado ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Nova Castilho, instituído pela Lei Complementar 006/1997 alterada pela lei Complementar 015/1998 e alterado pela Lei Complementar 096/2005, e alterada pela Lei Complementar 003/2011, do cargo de provimento em efetivo a seguir descrito:

Cargo	Horas Semanais	Requisitos	Vencimentos	Vagas
Procurador Jurídico	20 horas (Obrigatório o cumprimento de no mínimo 2 horas diárias de segunda a sexta, sendo vedado cumular horas visando liberar algum dia da semana)	Diploma de bacharel em Direito, emitido por instituição de ensino superior, reconhecido na forma da legislação pertinente, inscrição ativa na Ordem dos Advogados do Brasil e experiência comprovada de 3 (três) anos no exercício da advocacia	Referencia R7 Na escala de vencimentos	01

Art. 3º - A carga horária de 20 (vinte) horas, será executada na modalidade de jornada regular, sendo obrigatório o cumprimento de no mínimo 2 (duas) horas diárias;

§1º – Os períodos de viagens a serviço bem como os períodos de trabalho externo, tais como diligências, audiências, reuniões, serão computados para efeitos da jornada regular.

§2º – As horas trabalhadas a bem do serviço público além da carga horária estipulada, bem como as faltas justificadas, serão compensadas em forma determinada mediante portaria.

Art. 4º- A descrição das atribuições do cargo são as constantes no Anexo I, parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único – Visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Nova Castilho, as atribuições descritas no anexo I, por meio de autorização Legislativa, poderão ser acrescidas mediante reclassificação.

Art. 5º- Quando de sua nomeação, o aprovado deverá apresentar declaração de que não possui vínculo de parentesco com a edilidade, nos termos da Súmula Vinculante Nº 13 do Supremo Tribunal Federal, incluindo a reciprocidade de contratações, em formato conhecido como nepotismo cruzado.

Art.6º - Fica extinto na vacância o Cargo de Assessor Jurídico, conseqüentemente fica revogada a Lei Complementar 038/2000 de 06 de Junho de 2000.

Art. 7º - As despesas decorrentes deste projeto de lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9º - Esse Projeto entra em vigor na data de sua publicação, Câmara Municipal de Nova Castilho, 22 de Agosto de 2019.

A Mesa

VAGNER LUIZ LONGHINI
Presidente

MAICON GARCIA PIROLA
1º Secretário

VALCENIR HOSTARTE DA SILVA
2º Secretário

Registrado e publicado nesta Câmara, no lugar de costume, na mesma data.

ANGELO APARECIDO DE OLIVEIRA
Diretor de Secretaria